



Câmara Municipal de Pirai

C.M.P - PIRAI-RJ.

Processo nº 0328

Rubrica [assinatura] Fls 09

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Relator Comissão Legislação Justiça e Redação Final: Wagner da Cunha Fortunato.

Relator Comissão Finanças e Orçamento: Júlio Cezar da Fonseca Alves.

Projeto de Lei que visa Alterar os quantitativo do Quadro de Pessoal, constantes no anexo I da Lei nº 768, de 24 de dezembro de 2004, alterada pela Lei nº 1.783, de 06 de janeiro de 2025.

### PARECER EM CONJUNTO

#### I – O PROJETO DE LEI.

O presente projeto de lei, Oriundo da Mensagem Executiva 18/2025, proposto pela Prefeitura Municipal de Pirai, numerado como projeto de Lei nº 20/2025, tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo Municipal a realizar a alteração dos quantitativos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pirai, alterando o anexo I da Lei nº 768, de 24 de dezembro de 2004, alterada pela Lei nº 1.783, de 06 de Janeiro de 2025.

É o necessário para a elucidação do tema.





## II – ASPECTOS FORMAIS.

As modificações que alteram os quantitativos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pirai, são de competência privativa do Poder Executivo, conforme artigos artigos da Lei Orgânica Municipal:

**Art 51. II-** Compete privativamente ao Prefeito Municipal, a iniciativa das leis que versem sobre: criação de cargos, empregos e funções na administração direta e autárquica do Município, fixação e alteração das respectivas remunerações, excetuando-se a fixação do subsídio dos Secretários Municipais, que atenderá o disposto no artigo 29 - V, da Constituição Federal. Alteração feita pelo Art. 5º. - Emenda à Lei Orgânica nº 10, de 29 de junho de 2000.

**Art. 74. XI** – prover e extinguir os cargos, os empregos e as funções públicas na administração direta e autárquica do Município de Pirai, bem como fixar e alterar as respectivas remunerações, observando-se o que dispõem os artigos 37, X, XI, XII, e XIII, da Constituição Federal e o artigo 26, desta Lei Orgânica;\* \* Nova redação dada pela Emenda nº 03 de 13/08/98. XI – prover e extinguir cargos, empregos e funções públicas na administração direta e autárquica do Município, bem como fixar e alterar as respectivas remunerações, observando-se o que dispõem os artigos 37, X, XI, XII e XIII, da Constituição Federal e os artigos 26 e 51, II, desta Lei Orgânica. Alteração feita pelo Art. 6º. - Emenda à Lei Orgânica nº 10, de 29 de ju 2000

**Art. 128. § 2º V** – autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento da remuneração; criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a demissão de pessoal a qualquer título, pelas unidades governamentais da Administração direta ou indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvada as empresas públicas e as sociedades de economia mista.





Vale mencionar, também, o que dispõe o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal:

“Art. 30 — Compete aos Municípios: 1- legislar sobre assuntos de interesse local;  
(.)”

Portanto, não há vício algum de iniciativa nem de competência na presente propositura

Ademais, o interesse público está claramente demonstrado, visto que é essencial para o Município a criação de novas secretarias.

Dito isto, não aparenta haver dúvidas quanto à legalidade de referido Projeto de Lei.

Portanto, no aspecto formal, a proposição é legal e constitucional.

### III- Aspectos De Mérito.

No aspecto de mérito a que compete a estas Comissões, o projeto em questão é, igualmente, legítimo. Pois, compete ao Poder Executivo Municipal dispor a respeito da modificação à qual altera o quantitativo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pirai, este parecer jurídico manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei que altera os quantitativos do Quadro de Pessoal, constantes no anexo I da Lei nº 768, de 24 de dezembro de 2004, alterada pela Lei nº 1.783, de 06 de janeiro de 2025, desde que cumpridos os requisitos legais e orçamentários aplicáveis.

Assim, no aspecto de mérito, o projeto é legítimo.

### IV – DA CONCLUSÃO.

Diante de tudo que foi exposto, o Projeto de Lei 20/2025 é perfeito quanto ao aspecto formal e de mérito.





Portanto, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** do projeto de lei acima referido.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2025.

**Wagner da Cunha Fortunato.**

Relator Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Acompanham o voto do relator os demais membros da comissão

**Roberto Horta Jardim Salles.**

Presidente.

**Renan Silva Gonçalves da Cruz**

Membro.

**Comissão de Finanças e Orçamento.**

**Júlio Cezar da Fonseca Alves.**

Relator de Comissão de Finanças e Orçamentos

Acompanham o voto do relator os demais membros da comissão

**Mário Hermínio da Silva Carvalho.**

Presidente.

**Evandro Soriano da Silva.**

Membro.